

Tecnologias Digitais e Cidadania: visões e políticas públicas relacionadas à inclusão digital em João Pessoa

Nadja da N. Rodrigues¹, Mércia Rejane R. Batista²

¹Unidade Acadêmica de Informática
Instituto Federal da Paraíba (IFPB) - João Pessoa, PB – Brasil

²Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Campina Grande, PB - Brasil.

nadja.rodrigues@ifpb.edu.br, mercia.batista1@gmail.com

***Abstract.** This paper presents partial results of a project that combines research and extension in the reflections on Digital Inclusion (DI) and in proposing policies and actions on the theme. The work is performed through the analysis of the relations between the conceptual reflections on citizen DI and the praxis of the actions promoted through extension programs and projects, in a case study in IFPB. The results suggest that contemporary societies conform as networks supported by ICDT, but despite the inclusive discourses of DI, some actions develop the technique without connection with citizenship. Effective DI requires access to ICDT and citizen qualification, horizontal relations, and the prominence of communities in the cycles of public policies.*

***Resumo.** Este artigo apresenta resultados parciais de um projeto que alia pesquisa e extensão nas reflexões sobre Inclusão Digital (ID) e na proposição de políticas e ações sobre o tema. O trabalho realiza-se através da análise das relações entre as reflexões conceituais sobre ID cidadã e a práxis das ações promovidas através de programas e projetos de extensão, em um estudo de caso no IFPB. Os resultados sugerem que as sociedades contemporâneas se conformam como redes apoiadas por TDIC, mas apesar dos discursos inclusivos da ID, algumas ações desenvolvem a técnica sem conexão com a cidadania. A ID efetiva requer acesso a TDIC e qualificação cidadã, relações horizontais e protagonismo das comunidades nos ciclos das políticas públicas.*

1. Introdução

Talvez um dos maiores desafios da humanidade, atualmente, seja pensar o conceito de cidadania para o paradigma da sociedade em rede e, além disso, conformar uma sociedade tão plural a partir dos mesmos pressupostos ou de bases conceituais pelo menos similares. Enquanto algumas sociedades refletem sobre os direitos na internet, outras não conseguem garantir os direitos humanos básicos. Para Latour (2011), de forma simples ou complexa, o conceito de rede é usado sempre que a ação é distribuída.

Em pleno século XXI, os processos interacionais entre nações e indivíduos ultrapassaram os limites territoriais e de comunicação física e já chegaram aos mais longínquos extremos, possibilitados pela rapidez e fluidez dos bits e bytes que trafegam através dos sinais transportados remotamente, quer seja pelos cabos de redes, ou por ondas, em pleno “ar”. Nesse novo contexto, pode-se ter a visão de uma sociedade planetária, que deve encontrar novos modos de se pensar enquanto “coletividade”.

Entretanto, através de lupas, devem-se acessar os microcontextos, para não se correr o risco de simplificar realidades através de generalizações que ignorem os seus detalhes, como aspectos de desigualdade e até mesmo de segregação. As nações cresceram e apresentam tantas disparidades culturais (materiais e simbólicas), no sentido de processos sociais e valores, que dentro de uma mesma sociedade, podemos ter inúmeras civilizações essencialmente distintas. O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes (ELIAS, 1990).

Pensando no Brasil, parece que existem inúmeros “mundos”, tão próprios, o que torna difícil aplicar os conceitos de nação, civilização e cultura, e ainda identidade e exige de um analista um esforço maior de pesquisa. Com relação às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), como softwares, redes e demais recursos para comunicação e acesso à informação, o Brasil pode ser visto sob a perspectiva de dois mundos: aquele em que os indivíduos usam as TDIC, e aquele em essas tecnologias não fazem parte dos hábitos dos indivíduos. Uma microanálise do primeiro mundo pode revelar diversos tipos de uso, desde os mais complexos, em termos de empoderamento do usuário, até aqueles em que as tecnologias são essencialmente subutilizadas. Enquanto as tecnologias são utilizadas por alguns para autodesenvolvimento e emancipação, para outros, significam “apenas” itens de “lazer”.

Qual a implicação desse cenário para a vida contemporânea? O final do Século XX e o início do Século XXI são constantemente associados a jargões publicitários ou científicos como “era cibernética”, “mundo tecnológico”, “era da informação”, ou “era do conhecimento”, ou algo que apresente as tecnologias e a inteligência proporcionada pelo domínio da informação como recursos fundamentais para os dias atuais, em termos sociais, políticos, econômicos e culturais. Com as novas TIC as redes se tornaram um dos fenômenos sociais mais proeminentes da nossa era (CAPRA, 2008). Entretanto, para constituir essas “eras”, “todos” não deveriam participar no cenário que se configura com uma alternativa às visões autoritárias e imperialistas dos tempos mais remotos?

Pode-se pensar que a evolução humana se baseia em resolver “problemas” e assim caminha a humanidade, em seu trajeto social, cultural e técnico-científico. Mas os “problemas” da humanidade vão muito além de resolver questões técnicas, como inventar o fogo, a roda ou as TDIC. A trajetória humana traz juntamente às técnicas e aos instrumentos, um conjunto de aspectos subjetivos, o que implica em colocar o fogo, a roda e as TDIC em dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas, no esforço de repensar conceitos como identidade, integração, inclusão, e relacionar os atores sociais em conformações mais eficazes e sustentáveis em termos de vida em coletividades.

As TDIC podem ser utilizadas de forma individual ou coletiva, permitindo a participação e a colaboração em escopo mundial. Segundo Castells (2000), as novas tecnologias integram o mundo em redes globais de instrumentalidade, transformando as lógicas de ação social e de operação política e econômica para o formato de rede. Lévy (1999) diz que se deve compreender o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural, pois dessa forma será possível desenvolver estas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista. Então, os recursos materiais se colocam como instrumentos para viabilizar os recursos simbólicos, para conduzir às mudanças estruturais e culturais provenientes de paradigmas, como a cibercultura, que especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores nas redes apoiadas por TDIC.

Com o desenvolvimento das TDIC, enquanto uma parte da sociedade é incluída, fazendo parte do processo de transformação de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais no mundo, paradoxalmente, outra parte é excluída digital e socialmente, já que vários processos sociais têm o centro de suas dinâmicas nos canais digitais, transformando a interação dos indivíduos na sociedade e restringindo diversas oportunidades, que passam a ser acessíveis apenas aos cidadãos digitais. A exclusão digital se dá pela falta ou restrição de acesso aos novos canais de comunicação. Segundo Martino (2015), as relações entre seres humanos conectados por mídias digitais dão origem a um processo que altera o que se entende por política, arte, economia e cultura.

A Inclusão Digital (ID) visa o planejamento e a execução de ações com o objetivo de permitir a participação de todos na sociedade da informação (RODRIGUES et al., 2011). Os discursos em torno das ações de ID acentuam a necessidade de relacioná-las a temas como cidadania, direitos, inclusão social. Como exemplo, a base do discurso de ID do Governo do Brasil é promover a cidadania. O tema da ID tem crescido em importância para a inclusão social na medida em que a relação entre tecnologia e sociedade torna-se cada dia mais complexa (CORRÊA, 2007), envolvendo diversos atores sociais, sobretudo os Governos, na elaboração de políticas e programas de ID. Através das TDIC acontece grande parte dos processos de escolha e de autonomia do indivíduo, em uma sociedade cada vez mais conectada e mundializada, o que requer a reflexão sobre o papel do Estado na promoção da ID com vias ao exercício pleno da cidadania. As Políticas Públicas são manifestadas em programas, projetos e ações com intuito de causar impacto na sociedade (HELOU et al., 2011).

As iniciativas de ID visam promover o uso da internet e das TDIC em geral, adotando três eixos fundamentais: a garantia de acesso às TDIC; o incentivo ao desenvolvimento e à disponibilização de conteúdos de interesse público; e a capacitação humana. Essas ações devem ser combinadas com programas educacionais voltados ao desenvolvimento da cidadania, de forma que as TDIC incluam indivíduos no paradigma da cibercultura (formação de comunidades, autodesenvolvimento humano e inteligência coletiva em rede). Ou seja, as TDIC representam recursos materiais que promovem os aspectos simbólicos dessa nova proposta de conformação social.

Pesquisas sobre o tema revelam que o processo de avaliação da ID no Brasil está incipiente, tanto no meio acadêmico como nas esferas de governo (Corrêa, 2007; Medeiros e Miranda, 2010; Rodrigues e Maculan, 2013; Mattos e Chagas, 2008) e reforçam que são imprescindíveis as reflexões quanto à efetividade e aos resultados alcançados pelo setor público e privado, quando disponibilizam TDIC com o objetivo de relacioná-las a desenvolvimento econômico, social, político e cultural. A efetividade da política pública ocorre à medida que se garantem as condições essenciais para realizar a “ID” enquanto exercício do direito à informação e à comunicação (MORI, 2011), dependendo de recursos físicos, digitais, humanos e sociais em dinâmicas de constante renovação. Para Gomes et al. (2016), “o semáforo acadêmico indica o sinal verde” para os estudos das relações entre tecnologias e mudança social já que as TDIC são inseridas em diferentes espaços, a partir de políticas municipais, estaduais e federais de ID.

A pesquisa em andamento investiga a relação entre políticas públicas de ID e o uso das mídias digitais. Um estudo de caso no IFPB e relacionado às políticas de governos avalia a potencialidade das ações públicas para promoção de uma ID democrática e voltada à valorização da cidadania e da inclusão social.

2. Métodos

O projeto se formaliza desde 2014 como pesquisa de doutoramento na UFCG e extensão no IFPB, onde um dos pesquisadores tem vínculos laborais, e prevê algumas atividades: revisão de conceitos teóricos; identificação de políticas públicas de ID de governos e de políticas institucionais e programas/projetos de extensão de ID no IFPB; análise das relações entre esses conjuntos de políticas e programas/projetos de ID e das suas contribuições na promoção dos aspectos de cidadania e inclusão social .

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, buscando investigar e relacionar variáveis como TDIC, ID, cidadania e inclusão social em João Pessoa. Como procedimentos técnicos, realiza estudo de caso no IFPB (de forma relacionada aos governos), com base na etnografia, a partir de levantamento de dados, análise documental, bibliográfica e processual, e como instrumentos de coleta de dados, usa formulários (inclusive de entrevistas), observação sistemática e diário de campo. Esses procedimentos envolvem ações junto a formuladores, executores e beneficiários de políticas de extensão no IFPB. Damatta (1978) explica que em etnografia existem fases para as pesquisas: a primeira é a teórico-intelectual (busca do conhecimento teórico, universal e não vivenciado); a segunda é a antevéspera da pesquisa, voltada aos problemas das ações necessárias para o início do trabalho de campo; a terceira é a pessoal, relacionada às lições que o pesquisador deve extrair do seu próprio caso, devendo sintetizar a biografia com a teoria. A pesquisa utiliza, como fontes de dados, referências bibliográficas e virtuais (da internet), dados de entrevistas, conversas informais e observação participante. As entrevistas usam história oral, registrando a experiência de indivíduos no IFPB. “História oral” é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar (QUEIROZ, 1988). Para Alberti (2005), qualquer tema, desde que ainda vivam pessoas que possam falar sobre ele, é passível de ser investigado através da história oral. A abordagem utilizada é quali-quantitativa, buscando tanto definir indicadores de ID como interpretar os dados colhidos, com base nas evidências contextuais. O campo empírico é composto pelo Governo Federal (GF), Governo do Estado da Paraíba (GE) e Governo Municipal de João Pessoa (GM); como lócus de pesquisa, mapeiam-se os portais do GF, GE e GM e setores ligados às atividades de extensão do IFPB.

A proposta de investigação das relações entre as ações de ID dos governos e o IFPB se baseia na análise do contexto processual de desenvolvimento das políticas nacionais de ID (GF), na forma como essas políticas se relacionam com as políticas do GE e GM, e se/como todas elas influenciam o IFPB. As evidências da pesquisa sugerem momentos de parceria entre o GM e IFPB, nas ações de ID, o que reforça a proposta de investigação da “cadeia de ID” (GF, GE, GM, IFPB) e das suas ações públicas, quanto à aproximação dos cidadãos das TDIC, principalmente da internet, e as potenciais contribuições dessas ações para a promoção dos benefícios idealizados pela teoria da cibercultura, referente a cidadania e inclusão.

Até o momento, a metodologia foi trabalhada com relação às seguintes etapas: revisão conceitual sobre cidadania, inclusão e exclusão; revisão das teorias sobre mídias digitais, TDIC, sociedade em rede, cibercultura e informacionalismo; trabalho de campo no IFPB (levantamento das políticas de extensão; entrevistas com três monitores e dezessete alunos de programas/projetos de extensão; conversas formais/informais com onze técnicos administrativos e gestores/ex-gestores de extensão; observação

participante em dois programas/projetos de extensão; avaliação e orientação de seis projetos de ID submetidos a um edital de extensão; coleta de dados sobre políticas públicas de ID nos portais do GF, GE e GM (809 páginas web); início da análise qualitativa dos dados (de portais de governo e de registros do trabalho no IFPB). A metodologia a princípio não previu intervenção, entretanto, durante o trabalho de campo juntamente às equipes de extensão, observou-se o interesse de ampliação das discussões e ações relacionadas à pesquisa e à práxis de ID no IFPB. Nesse contexto, os pesquisadores passaram a intervir nas ações de ID na instituição.

3. Resultados e discussão

A ação dos pesquisadores no IFPB começou em 2015, quando a pesquisa de doutorado buscava seu “objeto de estudo”. Em reuniões feitas com a gestão da extensão e um representante de um dos programas ligados a ID, a pesquisa foi apresentada e uma vez que a nova gestão estava tentando implantar um novo paradigma para as ações na extensão, o que requeria a revisão dos programas de ID, a parceria foi firmada. Enquanto trabalho antropológico, essa pesquisa utiliza codinomes para os programas.

O trabalho de campo no IFPB se deu em três fases. Na primeira (junho, 2015), foi acompanhado o programa de extensão P1, que ofertava aulas de Informática Básica (IB) e Montagem e Manutenção de Computadores (MMC), desde 2012. Sua equipe era formada por um coordenador, servidor da instituição, e três monitores, alunos de cursos de Computação ou Engenharia Elétrica. Na segunda fase (novembro, 2016), além do P1, o programa de extensão P2, com ações de Educomunicação através do uso de mídias digitais (criado em abril de 2016), também foi acompanhado. Sua equipe era formada por um coordenador, servidor da instituição, e dois bolsistas, alunos de Design Gráfico. Ambos os programas relacionavam TDIC com ações educacionais e foram acompanhados desde o momento em que se voluntariaram para a pesquisa, viabilizando reflexões críticas. Na terceira fase (abril, 2017), além dos programas P1 e P2, também foram acompanhados os candidatos a programas e projetos de ID, submetidos aos editais de extensão na instituição. Cada fase será explicada de forma cronológica.

Ainda em 2015, a equipe do P1 foi apresentada ao novo paradigma que deveria nortear as ações de extensão. Havia uma nova forma de pensar e propor relações, ações e decisões, buscando efetivar o compromisso social daquela instituição, através da produção e difusão do conhecimento na busca pela superação das desigualdades sociais. A base do trabalho era a rede, a partir dos seus núcleos de extensão em todos os campi, de forma flexível e inovadora através da vivência dos membros desses núcleos, e das reflexões contínuas sobre as suas relações, ações e resultados. Para seus idealizadores, a nova estrutura representava a sistematização de uma estratégia de política de extensão que tinha como base uma postura dialógica e de compartilhamento entre extensionistas e “beneficiários”, na linha da educação popular e do conceito de extensão cidadã, onde o “beneficiário” se torna “parceiro” da ação (mudando a nomenclatura e a relação em si) e participa de todo o ciclo de projetos e ações (desde a concepção até a avaliação dos resultados). As principais teorias e conceitos que fundamentavam a ação de extensão na rede eram a teoria da complexidade (base de prática transdisciplinar e modelo recursivo de construção do conhecimento), a teoria das redes (define os componentes de uma rede como nós ou pessoas, vínculos e fluxos das relações), o conceito de campo social (espaço multidimensional de relações sociais entre agentes), o fenômeno da territorialização/desterritorialização/reterritorialização (a rede é vista como um sistema

aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes), o fenômeno da endoculturação/aculturação (a rede busca conhecer a si mesma e aos parceiros, em termos de demandas e potencialidades, articulando diferentes saberes e práticas, dimensões da cultura e dos direitos humanos, compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais), o princípio da horizontalidade (educação igualitária, em que educador e educando ensinam e aprendem, e não há beneficiários, mas sim, parceiros) e o diálogo (educação democrática a partir do diálogo e da leitura crítica do mundo e das palavras para emancipação social). Era uma orientação de perspectiva Freiriana, vista pelos extensionistas como alinhada ao sentido da práxis junto às comunidades, e valorizada em trabalhos de ID (Santiago et al., 2016) por sua efetividade nas ações educacionais, dada a importância de se levar em conta o contexto social no processo educacional.

Postas em evidências as orientações para a extensão, e considerando a convergência entre essa base e os conceitos teóricos sobre cidadania e inclusão social (que refletiam sobre direitos, identidades, solidariedade, integração social, emancipação, entre outros), e os pressupostos de uso de TDIC alinhado à cibercultura (formação de comunidades, autodesenvolvimento humano, inteligência coletiva, entre outros), estava montada a base conceitual e de políticas institucionais para a proposição de novos programas e projetos de extensão, e revisão daqueles em andamento. Como forma de observar o P1, foram utilizadas as estratégias de acompanhamento das etapas de planejamento, execução e avaliação das ações para repensar sua proposta. Assim sendo, os pesquisadores se deslocaram entre equipamentos e ambientes distintos, pelos corredores do IFPB, por seus laboratórios de informática, salas de aula e de reuniões, auditórios, e ainda se fizeram presentes em ambientes comunitários, estabelecimentos comerciais, associações de bairro, feiras e lançamento de livro, como forma de estar mais próximos das pessoas ou comunidades externas que mantinham vínculos com o P1. A idealização do P1 na visão interna foi discutida junto à equipe do programa e aos gestores da extensão. Entretanto, ainda faltava ouvir o que as pessoas e comunidades externas esperavam das ações do P1, e então aconteceram entrevistas e conversas informais com seus alunos. Enfim, os principais problemas do P1 eram: para a alta gestão da extensão, o alto custo não era justificado, principalmente diante da evasão nas turmas e da falta de acompanhamento dos egressos, o que trazia a sensação de que “as ações se perdiam”; para os alunos, o desejo de continuar aprendendo e se desenvolvendo pedia que o P1 estruturasse um ambiente aberto ao público para uso de TDIC e propusesse sempre novas ações (era comum os alunos cursarem IB e em seguida MMC, mas além desses cursos, não havia ações para que eles continuassem a relação com a instituição); para a pesquisa, embora o P1 beneficiasse pessoas carentes que precisavam de cursos gratuitos, as suas ações poderiam ser mais efetivas, se fossem contextualizadas em termos de cidadania, apresentando as potencialidades das TDIC enquanto estratégias para empoderamento e proposição de ações em termos políticos, sociais, culturais e/ou econômicos, ampliando o sentido do seu uso (as pessoas ouvidas se sentiam limitadas em termos de uso social das TDIC). Estavam então postos os principais discursos sobre o P1 em 2015.

O ano de 2016 foi mais difícil para a extensão, pois foram feitos cortes em orçamentos ao nível de GF, o que afetou diretamente os programas e projetos. Além disso, havia visões divergentes na instituição sobre o formato que o P1 deveria apresentar no ano de 2016: a primeira visão sugeria que deveria ser posto o mesmo formato, pois havia uma lista de espera para os cursos; a segunda sugeria que o P1

deveria ser ofertado conforme as novas orientações da extensão, atendendo a comunidades, de forma continuada e contextualizada, através de relações horizontais e dialógicas, com protagonismo comunitário para emancipação. Em meio a essa disputa no P1, ainda no primeiro semestre de 2016, foi criado o P2, que já se traduzia através do cunho político, buscando levar ao público interno e externo o trabalho com Educomunicação. A ideia era levar a essas pessoas os recursos das mídias digitais e da comunicação de forma educativa e autônoma, as possibilidades de produção e divulgação dos discursos emancipatórios ou referentes às diversas visões de mundo, que poderiam disputar audiência na internet. Apenas no segundo semestre de 2016, o P1 voltou às suas atividades, mantendo as ações no mesmo formato, mas se comprometendo a apoiar qualificações dos seus membros no sentido de desenvolver propostas de projetos sociais. Nesse sentido, foram promovidas duas oficinas (novembro e dezembro, 2016) para qualificação de extensionistas, tendo a primeira o tema “ID cidadã”, e a segunda, “elaboração de projetos sociais baseados em TDIC”. Para a surpresa dos pesquisadores, facilitadores das oficinas, haviam sido convidados: o coordenador do P1, o coordenador do P2, e outros dois servidores da extensão, e ainda onze alunos do IFPB (monitores do P1 e do P2 e demais bolsistas da extensão). Entre os presentes, a ideia de trabalhar com projetos sociais era algo indiscutível, pois como alunos/servidores de instituição pública, eles se viam motivados e no dever de retribuir com a sociedade. Alguns alunos disseram nunca ter pensado que aquele tipo de trabalho pudesse ser desenvolvido e inclusive ser um espaço para trabalho e carreira profissional. Entretanto, em virtude desses alunos serem em sua maioria de cursos de áreas exatas, eles se sentiam perdidos quanto a ideias sobre projetos sociais. Esse era um exercício difícil. Os pesquisadores entendiam o problema, pois um deles tinha formação em Computação e o outro em Antropologia. Então aquele parecia ser o ponto alto do debate: os projetos precisavam de pessoas que apoiassem a “inspiração social”, a política, a cultura; os projetos precisavam de “contextos”, que eram entendidos e vivenciados pelas comunidades, que seriam parceiras no ciclo das ações (formulação, execução, avaliação e retroalimentação dos programas). E assim, as oficinas de 2016 geraram “rabiscos de projetos”, frutos de um exercício inicial de pensar “no social”, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Rabiscos de projetos dos programas P1 e P2

Rabisco de projeto – Programa P1	Rabisco de projeto – Programa P2
1) Estruturação dos conteúdos técnicos em termos de aspectos básicos e aspectos avançados; 2) Qualificação técnica em aspectos específicos e sob demanda das comunidades parceiras; 3) Qualificação para cidadania e inclusão social; 4) Oferta de espaço aberto na instituiçãoX para uso de TDIC pelas comunidades e sob demanda; 5) Recebimento e apoio a demandas de projetos relacionados a TDIC, para serem desenvolvidos pelas comunidades, pela equipe do programa P1 e por outros parceiros na rede de extensão; 6) Fortalecimento da relação continuada com vistas à emancipação comunitária; 7) Acompanhamento e retroalimentação do programa P1.	1) Formação em TDIC; 2) Formação em mídias sociais; 3) Formação em aspectos específicos e sob demanda das comunidades parceiras; 4) Formação cidadã (o conteúdo deveria considerar os aspectos críticos, culturais, políticos, sociais e econômicos); 5) Recebimento e apoio a demandas de projetos relacionados a TDIC, para serem desenvolvidos pelas comunidades, pela equipe do programa P2 e por outros parceiros na rede de extensão; 6) Fortalecimento da relação continuada com vistas à emancipação comunitária; 7) Acompanhamento e retroalimentação do programa P2.

No P1, as mudanças foram a oferta de novos módulos e a aproximação das comunidades para trabalhos continuados e contextualizados, como alternativa aos trabalhos pontuais dos cursos pré-formatados de IB e MMC. Quando ao P2, uma vez que este já seguia as linhas críticas da realidade postas pela Educomunicação, existia um

elemento propulsor de ações contextualizadas para o programa. Entretanto, fazia-se importante reforçar a qualificação em cidadania e a aproximação com as comunidades, como forma de alinhar as ações do programa às suas identidades. Esses projetos seriam usados como uma referência no trabalho junto às comunidades parceiras. Ainda em 2016, após entender a pesquisa de ID cidadã associada à extensão, o P2 se voluntariou para a parceria com os pesquisadores.

O ano de 2017 deveria começar com o desenvolvimento dos projetos “rabiscados” em 2016. Entretanto, o P1 recomeçou as suas atividades no formato anterior (cursos de IB e MMC). O coordenador do P1 informou que estava formatando um novo curso para ser ofertado em 2017, mas ainda precisaria pensar nos detalhes e trazer um novo monitor para as aulas. O P2 começou o ano propondo a criação de um núcleo de extensão que integrasse a ID cidadã e a Educomunicação como parceiras de ações reflexivas de uso de TDIC. O núcleo foi criado, reforçando ainda mais a relação entre os pesquisadores e o P2, e sua primeira ação foi submeter ao edital que organizará o encontro anual de extensão do IFPB, uma proposta para realização de evento sobre Educomunicação, para apresentar as suas perspectivas de ID cidadã à comunidade interna e externa. A proposta foi aceita e o evento será realizado em agosto. Em seguida, o núcleo produziu um vídeo educativo sobre ID cidadã, ressaltando as relações entre TDIC e produção e difusão de discursos e visões de mundo na internet. O vídeo foi ao ar em maio no canal do P2 no *Youtube*. Outra ação do núcleo foi o fortalecimento das parcerias sociais com duas Organizações Não Governamentais (ONG) que atuam em estados vizinhos à Paraíba. Embora uma das ONG tenha sua sede em João Pessoa, e atue em diversos locais do estado, foi feito um convite para que as atividades na parceria fossem refletidas a partir das realidades de dois municípios no Rio Grande do Norte. A ideia era visitar assentamentos rurais e ver como o P2 percebia a região para planejar ações junto com agricultores e suas comunidades. Todos estavam muito motivados, pois o P2 até então não trabalhava a perspectiva das “parcerias continuadas”. Depois de um dia intenso, de muita estrada de barro, muito sol, apesar da dificuldade em termos de apoio financeiro para as ações e da distância, a equipe do núcleo sabia que não havia como voltar atrás e fazer de conta que não tinha visto o esforço daquelas pessoas para realizar seus planos, sonhos, ou pelo menos viabilizar a sua sobrevivência; não havia como apagar o depoimento impactante proferido por um dos agricultores e os olhares ou expressões atentos e receptivos que pareciam refletir a teoria da dádiva na práxis (dar, receber e retribuir), pareciam viver a expectativa da troca de conhecimentos e ações em busca de dias melhores. Sobre o que a Educomunicação e a ID cidadã poderiam fazer por aquelas pessoas, ainda era preciso se debruçar sobre os conceitos e bases teóricas, entender os detalhes de cada comunidade, sentar com elas e buscar respostas. As ações estão sendo realizadas para que a equipe volte às comunidades ainda em 2017.

Em termos de avaliação das propostas de programas e projetos submetidos aos editais de extensão, observou-se que estas envolveram áreas de informática nos diversos campi da instituição, e que se deram ou em termos de modelos de ações predefinidas (como cursos de qualificação técnica) ou de geração de produtos “para usuários” (como um sistema de software). Nesse caso, a comunidade foi tratada como um ser exógeno, e sua participação no processo se limitou à de um beneficiário de produto pré-formatado. Em ambos os casos, as propostas sugeriram ações pontuais e não continuadas. A postura institucional não foi de reprovação, mas de orientação nas revisões das propostas, sugerindo a observação cuidadosa dos pressupostos do novo paradigma de extensão e dos aspectos potencializadores da cidadania e da inclusão social.

Referente às relações entre as políticas de governo e as políticas e programas de extensão no IFPB, foi possível identificar dois aspectos em momentos históricos: as políticas do GF estimularam picos de projetos multiplicados em moldes pré-formatados no IFPB (cursos de IB ou MMC); foram percebidas parcerias entre o GM e o IFPB, na oferta dessas ações pré-formatadas. É possível que o formato do P1 seja uma herança dos tempos de uma visão mais generalista da ID, visão essa que deve ser atualizada a partir dos novos debates sobre ID e conceitos relacionados. Entretanto, essa hipótese e as demais relações entre esses elementos serão investigadas em mais detalhes no futuro.

4. Conclusões

Resgatando-se a proposta do projeto, observa-se o desenvolvimento da pesquisa no IFPB como o reflexo de uma estrutura técnica que parece assombrar as ações de ID não contextualizadas, mesmo em instituições de ensino, pesquisa, inovação e extensão, que primam por sua atualização conceitual e de práxis, como forma de acompanhar as transformações de paradigmas sociais. Por outro lado, percebe-se o esforço institucional na convergência da técnica e do contexto em programas participativos e conduzidos pelos interessados, especialmente as comunidades externas.

Os resultados sugerem que as ações de ID não contextualizadas, e que contemplam apenas o acesso à infraestrutura e a qualificação técnica em TDIC dos envolvidos não são suficientes para promover a cibercultura, a cidadania e a inclusão social, pois elas não promovem a competência informacional e a inteligência coletiva, imprescindíveis à autonomia e à emancipação para os processos participativos e democráticos idealizados pela sociedade em rede. Ações educacionais para autodesenvolvimento e conscientização como a qualificação contextualizada são vistas como a ampliação do sentido, das perspectivas simbólicas das TDIC. A ID efetiva requer políticas e ações voltadas à qualificação cidadã, com vias às relações horizontais e ao protagonismo das comunidades nos ciclos das políticas públicas.

Entende-se que a transição entre um “modelo de extensão tecnológica” e um “modelo de extensão sociocultural”, como esse em implantação no IFPB, traz inúmeras fendas que devem ser trabalhadas, no sentido de efetivação paradigmática. Sobre os programas estudados, sugere-se que o P1 ainda não reflete os pressupostos do uso cidadão de TDIC. Entretanto, o “meio-termo” encontrado para continuidade do programa, embora possa sugerir a resistência à mudança, também pode representar a dificuldade relatada na conformação de projetos sociais. Quanto ao P2, por sua natureza menos condicionada ao uso puro de TDIC, e por ter sido criado em 2016, apropriando-se de lições aprendidas do P1 e da sua própria experiência, o processo de transição tem sido mais simples. Comparando-se variáveis dos programas, como a relação com as comunidades e com os parceiros técnicos dos projetos, tem-se os fatos: em 2015, o P1 desenvolveu ações junto a uma comunidade de mulheres que produziam biojóias com escamas de peixe; as ações foram desenvolvidas no modelo pré-formatado de aulas de IB, no prédio do IFPB; essas ações foram interrompidas diversas vezes, até que foram descontinuadas, em virtude de não terem se adequadas à realidade da comunidade; as parcerias técnicas não foram evidentes no sentido de poder reforçar as ações de ID junto à comunidade; o P2, por já ter tido dificuldades de atuação junto a comunidades em 2016, em 2017 estabeleceu parcerias com ONG, e assim, espera ter construído vínculos mais perenes, potencializando suas ações junto às diversas comunidades ligadas às ONG; a partir das quatro comunidades já visitadas pelo P2, confirmou-se que

computadores, *smartphones*, equipamentos de fotografia e filmagem, luzes, lentes e microfones devem ir até os ambientes comunitários urbanos e rurais, como forma de levar a ID cidadã promovida pelos recursos da Educomunicação a todos os espaços, incluindo aqueles paradoxais que tentam combinar mais de três mil torres eólicas e sua expressão de modernidade com o verde bucólico da zona rural no Rio Grande do Norte.

As principais dificuldades da pesquisa foram promover reflexões e mudanças nos ambientes institucionais dos pesquisadores, e os cortes financeiros sofridos pelo IFPB, que dificultaram o trabalho do P1 e P2. Como trabalhos futuros, serão continuados o acompanhamento do P1 e P2, e a análise das relações entre políticas públicas de governo, políticas institucionais no IFPB e os programas P1 e P2.

5. Referências

- Alberti, V. (2005) Manual de História oral, 3ª. ed., RJ: Editora FGV, p. 29-41 e 81-138.
- Capra, F. (2008) “Vivendo redes”. In: O tempo das redes. São Paulo: Perspectivas.
- Castells, M. (2000) A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra.
- Corrêa, R.A.A (2007) Construção Social dos Programas Públicos de Inclusão Digital. Brasília: Universidade de Brasília. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia).
- Damatta, R. (1978) “O Ofício do Etnólogo ou como ter Anthropological Blues”. In: Nunes, E.O. (org.), A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.
- Elias, N. (1990) O processo civilizador. Rio de Janeiro, Zahar.
- Gomes, F.A. et al. (2016) Uca na Boca da Mata. R. Brasileira de Antropologia, UFPB, João Pessoa.
- Helou, A.R.H.A. et al. (2011) Políticas Públicas de Inclusão Digital. Revista Renote: Novas Tecnologias na Educação. V. 9 Nº 1, julho.
- Latour, B. (2011) Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor-Network Theorist. International Journal of Communication.
- Lévy, P. (1999) Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34.
- Martino, L.M.S. (2015) Teoria das Mídias Digitais. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mattos, F.A.M.; Chagas, G.J.N. (2008) Desafios para a inclusão digital no Brasil. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, n. 1, 67-94, jan.-abr.
- Medeiros Neto, B.; Miranda, A.L.C. (2010) Uso da tecnologia e acesso à informação pelos usuários do programa Gesac e de ações de inclusão digital do governo brasileiro. Universidade de Brasília. Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.81-96, jan./jun.
- Mori, C. K.. (2011) Políticas públicas para inclusão digital no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília.
- Queiróz, M. I. P. (1998) “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. In: Von S., Olga M., Experimentos com Histórias de Visa. SP: Vértice, Editora dos Tribunais, pp. 14-43.
- Rodrigues, A.V.; Maculan, A. M. D. (2013) Indicadores de Inclusão Digital. TIC Domicílios e Empresas 2012. São Paulo: CETIC.BR.
- Rodrigues, N.N. et al.(2011) Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicadas à Terceira Idade. Workshop de Informática na Escola, Aracajú.
- Santiago, L.B.M. et al. (2016) O uso das Tecnologias Digitais na busca da superação do analfabetismo. Congresso Brasileiro de Informática na Educação, Uberlândia.